

Ata da 1ª Reunião Geral do Fórum Desmatamento em 2021 - 31 de março

Participantes: Adriano Ziger (FAU - Agricultura & Meio Ambiente), Alessandra Fajardo (Bayer), Alessandra Freire Reis, Ana Carolina Haliuc Bragança (MPF), Ana Karina Dias Salman (Embrapa), Ana Maria Juliano (CNRPPN), Ana Paula Valdiones (ICV), André Nassar (Abiove), Anna Gomes (Amsterdam Declarations Partnership), Antônio Fonseca (Imazon), Arilton Sousa (BASF), Bianca Nakamoto (WWF Brasil), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Bruna Emanuela (Bayer), Caio Pompeia (USP), Camila Sá (Insper Agro Global), Carina Pimenta (Conexsus), Carla Gheler-Costa (Câmara dos Deputados), Carlos Barros, Carolina Dubeux (COPPE/UFRJ), Caroline Rolim (TNC), Catia Luz (Pecan Comunicação), Clarissa Gandour (CPI PUC-Rio), Claudia Azevedo-Ramos (NAEA-UFPA), Daiane Paula Baldissarelli (FAU - Agricultura & Meio Ambiente), Daniela Cunha (Syngenta), Daniela Vilela (FSC Brasil), Dulce Benke (Proactiva), Fabiana Reguero (Amaggi), Fabiola Zerbini (TFA), Fernanda Rotta (Rotta e Moro Advogados), Fernando Lima (Instituto Abraço), Fernando Passos (UFPR), Gabriel Lui (iCS), Giuseppe Lobo (Abiove), Governador Flávio Dino (Governo do Estado do Maranhão), Heliandro Torres Maia (GIZ), Henrique dos Santos Pereira (UFAM), Isabella Freire (Proforest), Joaquim Levy, Jade Tissiani (AL Consultoria Socioambiental), Jane Rodrigues (SEMA-MA), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), João Sarmento, José Santaniello, Jurema Paes (Ludovino Lopes Advogados), Kalil Cury (Partner Desenvolvimento), Kamila Los (BRF), Katuscia Moreira (NWF), Laércio Jacovine (UFV), Leticia Cobello (FAS – Fundação Amazônia Sustentável), Liège Correia (JBS), Livio Silva (The Graduate Institute), Lucas Canalis (Mercy for Animals - Alimentação Consciente Brasil), Lycia Brasil (Instituto Igarapé), Maiko Cassiano (BRF), Marcello Brito (Abag), Márcio Nappo (JBS), Marcos Takaoka (BRF), Maria Cristina Weyland Vieira (Confederação Nacional das RPPNs), Maria Olatz del Rosario Cases (GIZ), Maria Tereza Uille Gomes (CNJ), Mariana Ignácio (COFCO International), Marysol Goes (Hub de Economia Verde e Bioeconomia da Amazônia), Mayara Campos (UFPA), Michele Cotta Walter (Centro Clima/COPPE/UFRJ), Miguel Jimenez (FSB Comunicação), Milla Pechta (H2O Company), Octaciano Neto (EloGroup), Orlando Editore (Proactiva), Patricia Cançado (Marae/Arapyáú), Paula Bernasconi (ICV), Paulo Bellonia (Save Cerrado), Paulo Moutinho (IPAM), Pedro Casemiro Magalhães Jr (Light Saber), Pedro Gerhard (Embrapa), Peter Milko (Horizonte Educação & Comunicação), Rachel Biderman (CI), Renata Costa (Bem Comunicar), Renata Vieira (Maraé), Renato Morgado (Transparência Internacional Brasil), Ricardo Santos (ME), Rodrigo Dias Lopes (NWF), Ronaldo Bezerra (Cargill), Rosane Cavalcante (ITV), Rubito Ribeiro (Câmara dos Deputados), Sérgio Nogueira (UFG), Sibeke Kamphorst (Syngenta), Simone Gonçalves (Abiec), Simone Tenorio (IPÊ), Taciana Stec (Política Por Inteiro), Tiago Reis (WWF Brasil), Tiago Tretinella (ABRAMPA), Tulio Dias (Agropalma), Victor Salviati (FAS – Fundação Amazônia Sustentável), Vrandrieli Jucieli Skovronski (FAU Agricultura & Meio Ambiente), Fernanda Macedo, Joice Oliveira, Laura Lamonica, Maiara Beckrich (Coalizão Brasil)

Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Desmatamento

FT Dados de Desmatamento

- A FT tem como objetivo entender como o setor privado utiliza os dados sobre desmatamento. Neste sentido, convidamos representantes de empresas a responder

uma pesquisa explicando a forma como utilizam essas informações em operações diárias e nas tomadas de decisão. A partir disso, identificamos as dúvidas mais comuns e as principais dificuldades do setor no que se refere à utilização destes dados para que, com isso, a FT possa avaliar qual o melhor modo de contribuir para dirimir os gargalos.

- Já nos resultados iniciais da pesquisa pode-se perceber que a questão da ilegalidade é um ponto importante. Empresas e organizações do setor privado tem dificuldade em diferenciar desmatamento legal e ilegal nos dados de seus fornecedores, por exemplo.
- Atualmente, a FT está preparando um material com os principais resultados da pesquisa para divulgação nas próximas semanas. A partir da discussão destes resultados em reunião da FT, definiremos os próximos passos deste trabalho no sentido de facilitar o uso das informações pelo setor privado.

FT Rastreabilidade da Carne

- A FT foi criada a partir de uma discussão sobre rastreabilidade da carne em um evento da iniciativa Amazônia Possível na Climate Week NY de 2019. Após o evento o grupo se focou em acompanhar a realização de um estudo, conduzido pela consultoria Agrosatélite, sobre os desafios e oportunidades da [“Rastreabilidade da cadeia da carne bovina no Brasil”](#). Os principais resultados do estudo foram apresentados na Climate Week NY de 2020 em evento com a participação dos cofacilitadores da Coalizão, dos líderes da FT, Bianca Nakamoto (WWF) e Marcio Nappo (JBS), além de Christopher Wells, Head Global de Risco Ambiental do Santander.
- Ainda em 2020, realizamos uma apresentação dos resultados do estudo ao Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).
- As discussões do grupo se relacionam diretamente com a busca cada vez maior por transparência nas cadeias e o equilíbrio necessário para que não seja ultrapassado o limite da confidencialidade dos dados considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Os próximos passos do trabalho deste grupo ainda estão indefinidos.

FT Florestas Públicas Não Destinadas

- Em 2020, a FT compilou, a partir de informações de diversos parceiros, dados para avaliar os efeitos do desmatamento em florestas públicas não destinadas.
- As informações deram origem ao documento [6 Ações para Queda Rápida do Desmatamento](#), lançado pela Coalizão em 2020, e que teve ampla divulgação junto aos setores de governo, imprensa e formadores de opinião.
- Paralelamente a este trabalho, foi elaborada uma minuta de decreto para suspender o CAR registrado em áreas públicas que deveriam ser destinadas a conservação, reservas indígenas ou outro uso público. O decreto foi entregue em mãos ao vice-presidente Hamilton Mourão e a Coalizão aguarda retorno sobre o tema.
- Hoje temos 51,8 milhões de hectares de áreas públicas não destinadas, dos quais 6% já foram desmatados. Dessas áreas desmatadas, 90% acontecem em terras com CAR. A

existência de CAR declarado em áreas públicas favorece o desmatamento, pois ilegais utilizam o cadastro para pedir crédito e viabilizar a ocupação das áreas.

- Como próximos passos, a FT deve alinhar sua estratégia à da FT Concessões Florestais que tem contribuído com o texto de um projeto de lei em tramitação no Congresso sobre o tema de concessões. Seria importante que parte das florestas seja destinada ao programa de concessões florestais.

Debate – O papel da Justiça no combate ao desmatamento ilegal

Moderador André Nassar – Presidente-executivo da Abiove

- Neste debate vamos tratar do desmatamento ilegal e o papel da justiça no combate a esta prática. De acordo com o Código Florestal, a partir de 2008, qualquer desmatamento em área privada requer autorização de supressão. Perguntas:
 - Se o marco regulatório está definido desde 2012, por que os imóveis ainda não foram regularizados? Por que quem desmatou depois de 2008 não foi identificado?
 - Por que as unidades da Federação não conseguem avançar com a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)?
 - O Código Florestal ainda está sendo contestado. Como podemos dar segurança jurídica para compradores neste cenário?
 - Por que o desmatamento ilegal está crescendo, em especial nessas áreas públicas? Tem a ver com a gestão dessas áreas, com visão de impunidade ou com a expectativa de que estas terras sejam regularizadas posteriormente?
 - Ainda há atritos entre União e estados sobre quem é responsável pela fiscalização. Qual a visão do governador sobre isso?
 - Há atividades que poderiam ser desenvolvidas no bioma amazônico e que ajudariam a diminuir o desmatamento, ou só mesmo ações de comando e controle podem resolver esse problema?
 - A regularização fundiária tem algum papel no combate ao desmatamento de áreas públicas e privadas?

Flávio Dino – Governador do estado do Maranhão

- Os estados avançaram bastante na efetivação do CAR, mas, de fato, a questão central continua a ser o processo de validação. Há muita lentidão e alguns estados, como o Maranhão, realizaram mutirões para conseguir avançar. Esperamos concluir esta análise até o segundo semestre deste ano.
- Uma mudança no sistema do CAR para que ele traga todas as informações necessárias para certificação ambiental do imóvel depende de uma alteração do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), que é federal. No passado, em outros governos, houve manifestação do compromisso de viabilizar a customização do sistema para que cada estado pudesse fazer sua adaptação, mas isso não evoluiu.
- Em termos de segurança jurídica, é verdade que ainda há questionamentos em relação ao Código Florestal, mas acredito que o problema principal esteja na esfera da

administração, por isso é importante viabilizar meios para que se execute o que está previsto no Código.

- Hoje há um estímulo político ao desmatamento ilegal. Por isso, obter resultados significativos no combate ao desmatamento tem a ver com questão de comando e controle, mas também com a remoção de fatores que incentivem a atividade ilegal.
- A relação da esfera federal com os estados é complexa, embora haja um esforço do atual vice-presidente da República em ouvir os governadores sobre os temas aqui tratados. Temos tentando driblar as barreiras provenientes do governo federal por intermédio do Conselho da Amazônia.
- Sobre a regularização fundiária, o debate no Congresso só vai acontecer quando a questão da pandemia arrefecer. Imagino que será no segundo semestre, por conta da COP e, infelizmente, da época do aumento das queimadas. Precisamos tentar influenciar os termos nos quais esse debate ocorrerá.

Conselheira Maria Tereza Uille Gomes (Conselho Nacional de Justiça - CNJ)

- O CNJ tem acompanhado a temática da demarcação das terras indígenas e estamos elaborando um cadastro das florestas públicas, mapeando as atividades em cada uma delas e a conexão dessas áreas com processos judicializados e matrículas de registro de imóveis. Nosso foco maior é nas terras públicas, estimadas em 311 milhões de hectares, que é onde ocorre a maior parte do desmatamento ilegal.
- O Código Florestal é um avanço e o CAR é um instrumento importante, mas é autodeclaratório e por isso tem certas limitações. É importante que o número do CAR seja encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis para que este averbe as informações contidas no CAR à matrícula do imóvel, o que hoje não é obrigatório. Isso evitaria muito da grilagem que existe.
- Também já identificamos possibilidade de aperfeiçoá-lo, solicitando que nele conste o status atualizado: ativo, suspenso etc.
- O CNJ também está fazendo um levantamento em relação às florestas públicas. Já mapeamos 107 milhões de hectares, onde estão as terras indígenas, indicando a taxa de desmatamento desses territórios. Agora vamos mapear as Unidades de Conservação.
- Em relação às florestas não destinadas, seria fundamental a elaboração de relatórios com georreferenciamento indicando exatamente onde ocorre desmatamento, degradação, mineração ilegal. Precisamos saber exatamente onde ocorre o desmatamento e outras atividades, por isso estamos trabalhando com os Correios para criação do CEP de terras indígenas, porque é um dado obrigatório em processos judiciais. Assim podemos centralizar a busca por CEP e levantar os processos relacionados ao local.

Ana Carolina Bragança – Ministério Público Federal e procuradora da Força-Tarefa Amazônia

- O fato de não termos avançado ainda na regularização dos imóveis e na responsabilização daqueles com desmatamentos posteriores a 2008 tem a ver com a falta de ferramentas.

- Na época que o CAR foi criado, em 2012, ele tinha essa função de ser um instrumento para combate ao desmatamento, mas as ferramentas ainda não estavam prontas e ainda agíamos de forma reativa. É preciso avançar com essas ferramentas para conferir confiabilidade para atuação do sistema jurídico.
- Em relação ao lento avanço com a validação do CAR nos estados, acredito que tenha faltado a percepção a respeito da necessidade de fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente. Estes órgãos têm que deixar de ser vistos como algo que está ali para atrapalhar o produtor, e sim como um apoio para abrir mercados para ele. Há segurança jurídica suficiente para o produtor atuar dentro dos parâmetros do Código Florestal.
- Acredito que a sensação de impunidade e a expectativa de regularização fundiária futura formam o contexto ideal que serve como incentivo para busca de benefício próprio. Isso porque existe, no Brasil, historicamente, a expectativa de aquisição da propriedade a partir da posse. Assim, o desmatamento acaba sendo visto como um marco de posse e da exploração econômica. Quem se apossa ilegalmente tem a expectativa de que um dia essa propriedade lhe seja dada.
- Hoje a grilagem se inverteu. Antes, a grilagem ia atrás de um título para tomar posse da terra. Hoje, os grileiros vão para a terra, desmatam ou degradam para dar um jeito de mostrar que está ali e que tem direito ao título de propriedade.
- Outro ponto importante é a dificuldade de entendimento sobre a divisão de competências em relação às atribuições de estados e municípios. Mesmo em terras federais há uma competência natural por parte do estado na fiscalização, por exemplo, de projetos de assentamento em glebas federais. Os estados, em alguns casos, têm dificuldade de aceitar essa atribuição de atuar em áreas federais. O desafio é construir uma governança para que estados e União conversem sobre as questões locais. A fiscalização tem que ser feita de maneira conjunta, de acordo com o contexto regional.